2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO | CRIMINAL

Comunicado nº 22/2021 Brasília, 15 de setembro de 2021

SESSÃO de REVISÃO de 13 de setembro de 2021

Entre os julgados da 2ª Câmara na 822ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:

Revisão de declínio de atribuições (Enunciado n° 32 da 2ª CCR). Morte de 2 (dois) indígenas e possível tentativa de invasão da comunidade ribeirinha por indígenas pertencentes à aldeia daqueles que foram mortos. Elementos que apontam que o fato pode ter ocorrido em razão da disputa sobre direitos da coletividade indígena em conflito interétnico com a comunidade ribeirinha. Atribuição do ministério público federal. Não homologação do declínio de atribuições.

Número: 1.13.002.000012/2021-43 - Eletrônico **Voto nº: 3276/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Eventual ilicitude de documentos que embasaram o pedido judicial são crimes autônomos, que não se confundem com a imputação de `estelionato judicial.

Número: 1.19.001.000087/2021-11 - Eletrônico **Voto nº: 3826/2021**

Número: 1.19.001.000097/2021-56 - Eletrônico **Voto nº: 3707/2021**

Clique sobre cada voto acima para acessar sua íntegra

Para se definir a competência da Vara Especializada basta a existência de indícios de prática de algum crime contra o Sistema Financeiro Nacional, na medida em que sequer se exige prova cabal para a realização da investigação policial.

Número: JF/PR/CUR-5002054-98.2021.4.04.7005-IP - Eletrônico **Voto nº: 3818/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Importação ilegal de tabacos para narguilé. A não identificação das marcas impõe o enquadramento da conduta no tipo penal mais favorável aos investigados, qual seja, o do art. 334 do Código Penal (crime de descaminho).

Número: 1.25.000.002692/2021-39 - Eletrônico **Voto nº: 3977/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Incidente de Acordo de Não Persecução Penal – IANPP. Falta de demonstração da impossibilidade econômico-financeira para a reparação do dano. Inviabilidade do oferecimento do acordo.

Número: 1.20.004.000443/2020-74 - Eletrônico **Voto nº: 3851/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Incidente de Acordo de Não Persecução Penal - IANPP. Não se observa qualquer ilegalidade na intimação realizada pelo Juízo, no caso deste verificar, em tese, a possibilidade do acordo, quando o MPF não se manifestou, expressamente, sobre este ponto ao oferecer a denúncia.

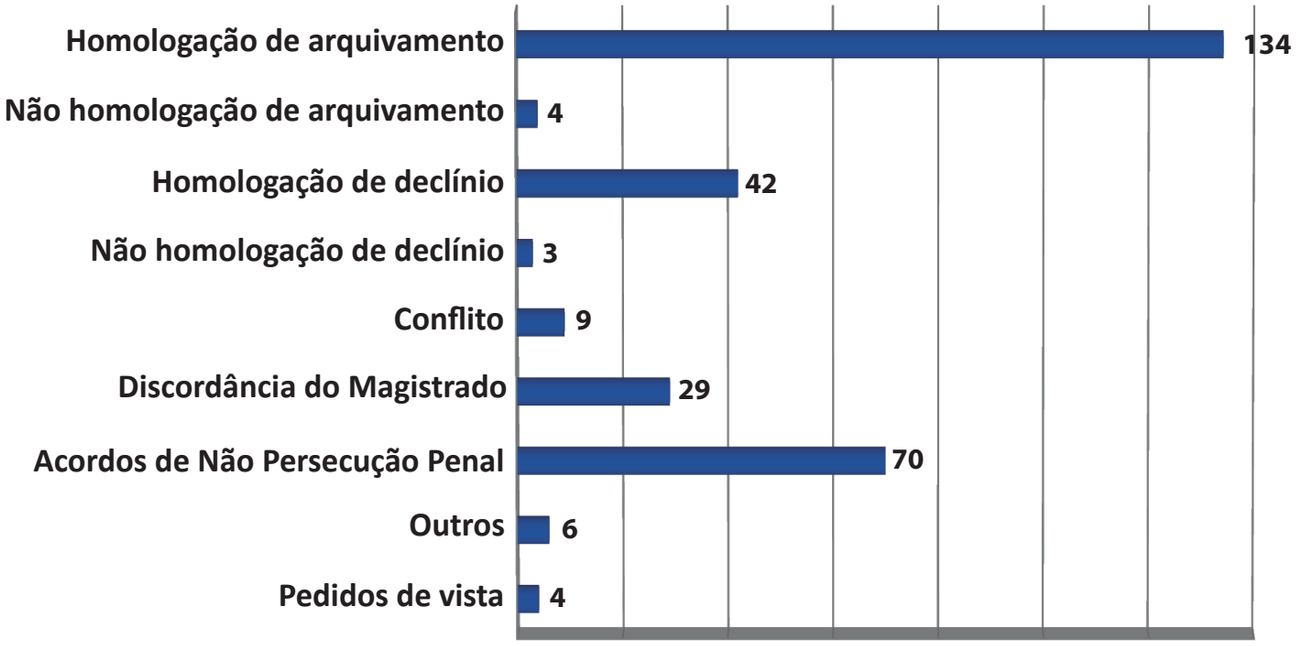
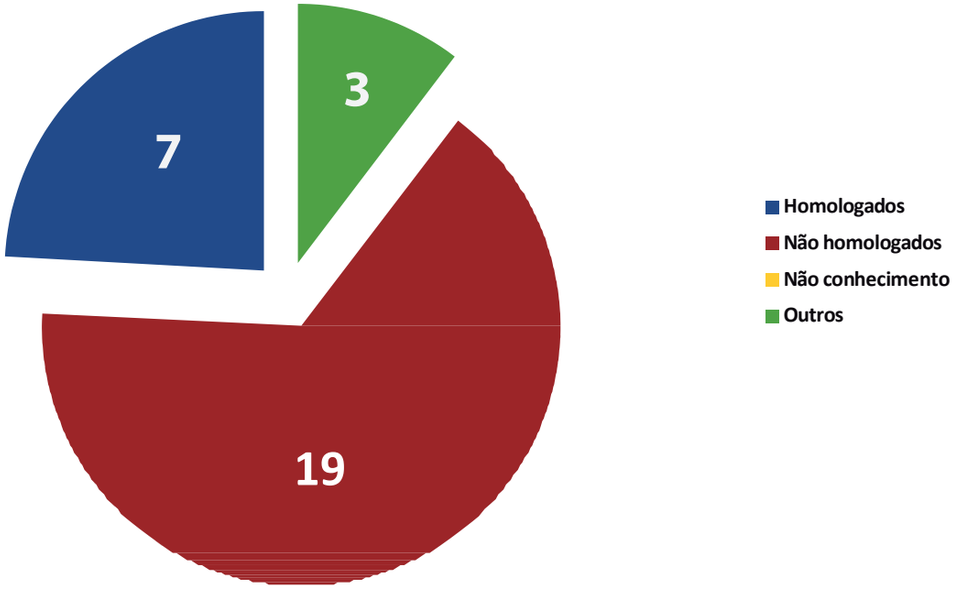
Número: JF-RIB-5005561-24.2020.4.03.6102-IP - Eletrônico **Voto nº: 3950/2021**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

ESTATÍSTICAS

Total de processos apreciados: 301

Quantitativo de processos julgados x deliberações do colegiado



Detalhamento
Processos encaminhados por discordância do magistrado x deliberações do colegiado